



João Klier

Klier defende condomínios

Pioneiro na luta pela regularização dos condomínios urbanos construídos em áreas rurais, o jornalista João Klier, 65 anos, será, se eleito a uma das 24 vagas da Câmara Legislativa do DF pelo Partido Trabalhista Renovador (PTR), o representante das mais de 100 mil pessoas que moram nestas áreas na elaboração do Plano Direto e da Lei Orgânica de Brasília. Seu objetivo: mudar a Lei de Ocupação e Uso do Solo atual permitindo novo zoneamento de áreas urbanas de modo a normalizar a situação destas famílias e delimitar um novo cinturão agrícola mais distante do Plano Piloto.

Isto porque, afirma o candidato, sua experiência como fundador da Associação dos Condomínios Rurais do DF e da Associação dos Proprietários e Moradores em Áreas Rurais de Brasília lhe permite analisar a atual situação fundiária da cidade. Ele observa que com o crescimento populacional da cidade não existem mais áreas disponíveis para construções habitacionais de classe média, em razão da existência dos atuais condomínios rurais", disse.

"Não é possível compatibilizar a atual Lei de Ocupação e Uso do Solo com a situação habitacional de Brasília, que define como zona rural, áreas distantes menos de 50 quilômetros do Plano Piloto. O crescimento de Brasília exige que as terras de destinação rural sejam mais distantes para não criar maior estragamento do setor imobiliário", frisou, assegurando ser esta a sua maior luta, caso se eleja.

Em Brasília desde 1972 e participando da política partidária desde 1986 como assessor da deputada Márcia Kubitscheck (PRN), João Klier assinala que foi através de sua intervenção que a parlamentar apresentou, à Constituinte, 47 emendas, 17 delas aprovadas, além de sete projetos de lei, entre eles o que reivindica a regularização dos condomínios.



Antônio Carlos Morais

Pela venda das terras rurais

A venda das terras rurais do DF aos seus arrendatários é a principal bandeira da campanha eleitoral do empresário Antônio Carlos Morais, 41 anos, à Câmara Legislativa pelo Partido Liberal. De origem rural e também pequeno produtor, sua opinião é de que o atual tratamento dado à categoria, pelo GDF, não conduz ao desenvolvimento do setor agrário, uma vez que o agricultor não se sente incentivado a ampliar suas plantações e realizar benfeitorias na terra, porque o contrato de arrendamento pode ser cancelado, a qualquer momento, pelo governo.

"Isto causa uma instabilidade ao setor e só a venda da terra a seus ocupantes permitiria aumento da produção agrícola", afirmou. Entretanto, Morais acredita que o processo de alienação das áreas deve ser acompanhado de medidas paralelas, entre elas, citou, a "obrigação" do GDF em fornecer assistência técnica e de fazer com que o Banco de Brasília cumpra com a sua função de financiamento da produção.

"Com a adoção destas medidas", acredita, "haverá o barateamento ao nível do consumidor do preço dos produtos agrícolas". Para isto, no entanto, mais uma medida teria de ser adotada — a mudança no esquema de funcionamento da Ceasa. "Ali não existe só produtores rurais, mas também atravessadores. O ideal seria que só quem trabalha a terra tivesse acesso ao local", disse.

Morais é fundador da Associação Brasileira de Contabilidade e vice-presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do DF. Sua intenção, também, se eleito, é conseguir imprimir na Lei Orgânica maior participação dos contadores. "Hoje eles não participam da maioria dos órgãos fiscalizadores de contas", disse. Sua presença se daria através da exigência deste profissional em conselhos fiscais de empresas públicas, de economia mista e fundações, auditorias públicas de contas e gestão.